

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MAPEANDO AS CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA O PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA EM AMBIENTES PRISIONAIS¹

MAPPING THE CONTRIBUTIONS OF INFORMATION SCIENCE TO THE PROJECT OF SENTENCE REMISSION THROUGH READING IN PRISON ENVIRONMENTS

Adriana Isidório da Silva Zamite – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maira Cristina Grigoletto – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Marília de Abreu Martins de Paiva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A remição de pena pela leitura nos ambientes prisionais tem sido objeto de discussão em diferentes áreas, a começar pelo Direito, um tradicional espaço de discussão até sua irrupção em outras áreas, como a Ciência da Informação. Questiona ao observar a discussão como o campo da Ciência da Informação tem contribuído e pode contribuir para a expansão de políticas públicas em ambientes prisionais, considerando também as suas potencialidades. Problematisa a colaboração da mesma na implementação de projetos em ambientes prisionais e em paralelo, apresenta pesquisas e projetos realizados na área da Ciência da Informação sobre esta temática voltados ao incentivo à leitura no ambiente prisional brasileiro. Apresenta uma revisão de literatura a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação e em sites do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça. Conclui que a análise empreendida permitiu o reconhecimento de ações e contribuições realizadas pela Ciência da Informação referentes ao projeto remição de pena pela leitura, prevista na Lei nº 7.210, de 1984 de Execução Penal e disciplinada pela Recomendação nº 44, de 2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: ciência da informação; remição de pena pela leitura; sistema prisional brasileiro.

Abstract: The remission of sentences for reading in prison environments has been the subject of discussion in different areas, starting with Law, a traditional space for discussion until its emergence in other areas, such as Information Science. When observing the discussion, it questions how the field of Information Science has contributed and can contribute to the expansion of public policies in prison environments, also considering its potential. It problematizes its collaboration in implementing projects in prison environments and, in parallel, presents research and projects carried out in the area

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

of Information Science on this topic aimed at encouraging reading in the Brazilian prison environment. It presents a literature review based on the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, in the Database of Periodicals in Information Science and on websites of the National Penitentiary Department and the Ministry of Justice. It concludes that the analysis undertaken allowed the recognition of actions and contributions carried out by Information Science regarding the project remission of sentence by reading, provided for in Law No. 7,210, of 1984 on Criminal Execution and regulated by Recommendation No Justice.

Keywords: information science; remission of sentence through reading; brazilian prison system.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) constitui-se como um campo interdisciplinar e busca compreender os processos informacionais de organização e disseminação da informação. Essa interdisciplinaridade propicia intercâmbios teóricos e práticos com outros campos científicos possibilitando a geração de novos conhecimentos (Andrade; Oliveira, 2008). Nesta pesquisa as aproximações interdisciplinares ocorreram, com o campo do direito convergindo para o processo de remição de pena e para a implementação de projetos voltados à remição de pena pela leitura.

A Lei de Execução Penal (LEP) ou Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, no artigo 21 determina que o estabelecimento prisional deve ser dotado de uma biblioteca, dentro de suas condições (Brasil, 1984). Observa-se ainda, no cenário nacional, mesmo diante de tal prescrição, muitas unidades prisionais sem projetos ou ações relacionadas ao tema. Como também se identifica algumas unidades prisionais do país que não apresentam regulamentações sobre a remição de pena pela leitura, existindo eventualmente atividades ou ações promovidas com parcerias de instituições, em detrimento de regulamentações ou de ações sistemáticas orientadas a esse tipo de remição de pena. Em 2013, foi publicada a Recomendação nº44, oriunda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), definindo as atividades educacionais complementares da remição de pena por meio do estudo e para estabelecer os critérios de aplicação do benefício, aos casos em que os detentos se dedicam à leitura (CNJ, 2013).

Diante desse breve cenário e levando em conta que a CI pode e deve ter como campo diferentes contextos organizacionais e sociais, pergunta-se sobre as potenciais contribuições da Ciência da Informação neste contexto, questionando-se também a respeito de intervenções realizadas pela CI na elaboração, execução ou avaliação de projetos voltados à remição de pena pela leitura no cárcere. De forma pragmática, durante a pesquisa buscou-se

compreender como a Ciência da Informação pode colaborar com a implementação de projetos em ambientes prisionais e para a consolidação de uma política pública.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi operacionalizada por pesquisa bibliográfica para produção de revisão de literatura a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no campo referente a Ciência da Informação e na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Para obter informações sobre o sistema penitenciário, foi utilizada a pesquisa documental nos *sites* do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sobre o *corpus* reunido, realizou-se análise documental a partir das contribuições da CI.

A estrutura do trabalho, em um primeiro momento, busca as contribuições do autor Le Coadic (2004), Pinheiro (1999) e Silva e Freire (2020) sobre a CI e seu campo interdisciplinar, seguidas de teorias sobre ações de incentivo à leitura e sobre a importância do livro a partir de Chartier (1999; 2011) e Sousa, Pinto e Farias (2020). Para conhecimento sobre o sistema penitenciário do Brasil, buscou-se informações no CNJ e no Depen. O intuito desta pesquisa é apresentar perspectivas de análise tratando de ações realizadas no ambiente prisional para remição de pena pela leitura sob a égide de profissionais que compõem o ambiente e o campo de atuação da CI. Além disso, espera-se colaborar com a divulgação desta temática para estimular novas pesquisas ou projetos voltados à remição de pena com o incentivo à leitura. Na sequência descreve-se a análise dos dados e os resultados realizados em interseção com literatura apresentada.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL, O DIREITO E A REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA

A conexão da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento coopera para que pesquisas oriundas do reconhecimento da natureza social desse campo sejam imediatamente relacionadas ao novo papel da informação na sociedade (Pinheiro, 1999). Em estudos sobre a epistemologia e a historiografia da CI, os autores Silva e Freire (2020) relatam que a CI é uma ciência recente e vista como uma ciência social. De acordo com Le Coadic (2004), a natureza social da CI preocupa-se em esclarecer um problema social concreto, o da informação, voltada para o ser social que busca informação. Neste sentido, a CI pode cooperar com pesquisas ou projetos que beneficiam a inclusão social das pessoas privadas de liberdade, neste recorte por intermédio do incentivo à leitura e subsequente acesso à informação. Ações

de incentivo à leitura podem ser propiciadas por práticas socioeducacionais e/ou serviços, com intuito de atender a certas necessidades informacionais de sujeitos no cárcere (Sousa; Pinto; Farias, 2020).

O uso da informação no cárcere é importante para o processo de interação e trocas de vivências entre os internos. Cardoso (1994) relata que devemos compreender todo processo de produção ou consumo de informação como um processo eminentemente social, já que ele acontece entre grupos, classes, ou em quaisquer outras relações sociais. Diante disso, Wersig e Nevelling (1975), destacam a importância da disseminação da informação como um pilar fundamental para a construção de conhecimento aos que necessitam, contribuindo assim, para uma sociedade mais informada e equitativa. Essa parece ser a responsabilidade social da Ciência da Informação na sociedade.

A leitura tem um relevante papel neste processo, pois o livro quando utilizado pelos reeducandos, desperta a curiosidade pela história lida, além de ser uma fonte de informação. Além disso, a leitura em espaços prisionais, quando estimulada por meio de atividades ou projetos de incentivo à leitura, permite ao interno a liberdade que o desloca, a partir do imaginário, para fora do cárcere, proporcionando esperança em dias difíceis. É sabido que projetos voltados a pessoas com privação de liberdade ainda são poucos, devido às peculiaridades regimentais, no próprio ambiente prisional, que dificultam a implementação de projetos e também decorrente do preconceito quanto à implementação de tais atividades, seja no espaço do cárcere ou relativo à opinião da sociedade. De acordo com os autores Silva, Jaborandy e Carvalho (2022), a maioria das prisões brasileiras passam por outras situações obscuras com espaços insalubres, superlotados, com pouca assistência médica ou jurídica.

Por isso argumenta-se sobre a importância de pesquisas voltadas para o público privado de liberdade. Além disso, é oportuno destacar o papel fundamental da biblioteca neste contexto, um espaço a ser utilizado para projetos ou atividades no cárcere, uma vez que, infelizmente, muitas unidades prisionais não possuem bibliotecas, apesar das exigências e prescrições da LEP (Brasil, 1984). De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, conhecida como Regras de Nelson Mandela, cada unidade prisional deve possuir uma biblioteca com livros educativos e recreativos para uso dos reeducandos, acompanhados de incentivos quanto aos usos desse espaço e dos respectivos serviços envolvidos (UNODC, 2015). O livro nestes espaços, constitui-se como um importante dispositivo socioeducacional, além de contribuir na formação cultural e crítica do leitor (a).

Chartier (1999, p. 77), relata que “[...] a leitura é sempre apropriação, invenção, de significados. [...] toda a história da leitura supõe, em seu princípio, está liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor”. O autor explica ainda que esta liberdade não é absoluta, pois há restrições e distintas práticas de leitura (Chartier, 1999).

Em 2021 foi publicada a Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021 pelo CNJ divulgando as diretrizes e orientações para o Poder Judiciário sobre o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades prisionais (CNJ, 2021). No artigo 2º desta Resolução, identifica-se o direito social de remir a pena pela leitura por meio de práticas sociais educativas escolares e não-escolares por intermédio da leitura de obras literárias (CNJ, 2021). Essa alternativa de remição da pena, percebida como um recurso humanizador e socializador do detento, faculta a implementação de diversas possibilidades de ações socioeducativas às instituições baseadas no incentivo à leitura e que podem colaborar para o desenvolvimento intelectual e sociocultural do interno.

Neste sentido, Chartier (1999) destaca que o livro representa poder e uma referência ao saber, pois o leitor constrói uma relação atenta que o liga a aquilo que lê, uma relação íntima com o livro (Chartier, 2011). Os reeducandos, assim, devem ser estimulados à prática da leitura, uma vez que a prisão ou o cárcere causa danos aos detentos, impondo-se como necessária a implantação de projetos ou atividades que possam minimizar ou reduzir tais danos nestes ambientes. A pessoa privada de liberdade necessita de oportunidade para que a mudança de perspectiva sobre a vida em sociedade realmente ocorra, a remição de pena pela leitura pode constituir-se como uma via e um incentivo para esta mudança ou transformação.

Mas para que isso aconteça é necessário que haja políticas públicas que fomentem a inclusão dessas atividades, além da necessidade de um profissional qualificado para atender e promover tais projetos. Essa mediação permite ao leitor, mesmo privado de liberdade, um momento ímpar de construir conhecimento e momentos de lazer. Neste sentido, Gomes (2016, p. 99) enfatiza que a mediação emerge de “[...] transformações e de ressignificações das informações no acesso e geração de novos saberes e conhecimentos”. É oportuno destacar que tais ações devem ser realizadas nas bibliotecas prisionais, pois a mediação entre o reeducando e a biblioteca é evidenciada por Gomes (2016, p. 100) como “[...] uma potência libertadora e de resgate do poder de se dar sentido a si e ao mundo”. Neste processo, o/a profissional bibliotecário/a tem a responsabilidade social de acolher as necessidades

informacionais do sujeito privado de liberdade, mas também de contribuir com possíveis ações para gerar oportunidades reais de mudança no cárcere.

Em 2012, o Departamento Penitenciário Nacional publicou a Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, que disciplina o Projeto da Remição pela Leitura, no Sistema Penitenciário Federal (CJF, 2012). Nas suas funções legais, constitui doravante o Projeto Remição pela Leitura em atendimento à LEP, no que tange à assistência educacional aos internos custodiados nas Penitenciárias Federais com objetivo de remição da pena pelo custodiado de regime fechado. A participação do preso ocorre de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante um exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade prisional. Além disso, para a efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das bibliotecas das penitenciárias federais, no mínimo, vinte exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto (CJF, 2012).

A Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, foi publicada como complemento à Portaria Conjunta nº 276 supracitada, conforme o Conselho Nacional de Justiça (2013). Essa edição foi solicitada pelos Ministérios da Justiça e da Educação, para definir e regulamentar as atividades educacionais complementares da remição de pena por meio do estudo e para estabelecer os critérios de aplicação do benefício, nos casos em que os detentos se dedicarem à leitura. O intuito é estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura aos reeducandos que não se encontram assegurados pelo direito ao trabalho, educação e qualificação profissional (CNJ, 2013).

No dia 4 de maio de 2021, realizou-se uma sessão ordinária no plenário do Conselho Nacional de Justiça para aprovação da Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021 (CNJ, 2021). Esta Resolução regulamenta a remição por estudo e estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades prisionais (CNJ, 2021). O artigo 2º determina o reconhecimento do direito de remir a pena mediante participação em práticas sociais educativas, como atividades escolares, não-escolares e leitura de obras literárias. A Resolução explica que as atividades escolares são aquelas organizadas pelos sistemas oficiais de ensino de competência do Estado, do Distrito Federal e pelo Sistema Penitenciário Federal da União, cumprindo os requisitos legais de carga horária. Já as práticas sociais educativas

não-escolares, são relatadas como atividades de socialização, de aprendizagem coletiva ou de autoaprendizagem, com possibilidades educativas para além das disciplinas (CNJ, 2021).

Para a efetivação do reconhecimento do direito de remir a pena pelas atividades de educação escolar e não-escolar, o reeducando terá que participar ativamente das atividades e apresentar número de horas equivalentes à efetiva participação. Contudo, com o artigo 5º, o reeducando terá o direito de remir sua pena por meio da leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de listagem de títulos autorizados (CNJ, 2021).

Para execução deste processo é relevante considerar as seguintes recomendações: a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias do acervo da biblioteca da unidade prisional e este acervo poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas; o acesso às obras será assegurado a todas as pessoas presas ou internadas cautelarmente e àquelas em cumprimento de pena ou de medida de segurança, independentemente do regime de privação de liberdade ou regime disciplinar em que se encontrem; para remir a pena pela leitura o reeducando registrará o empréstimo do livro e terá o prazo de vinte e um a trinta dias para realizar a leitura, devendo apresentar, em até dez dias após esse período, um relatório de leitura a respeito da obra, conforme roteiro a ser fornecido pelo juiz competente ou Comissão de Validação; e por fim, a cada obra lida o interno terá a remição de quatro dias de pena, limitando-se, no prazo de doze meses, a até doze obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até quarenta e oito dias a cada período de doze meses (CNJ, 2021).

Essa resolução veio para demonstrar a importância do uso da biblioteca no cárcere e como esta pode contribuir para o desenvolvimento educativo, social e cultural do reeducando, validando a partir de lastro legal o espaço da biblioteca e respectivos processos de leitura como recursos viáveis para estimular no reeducando o gosto pela leitura e amenizar, de forma criativa, o tempo vivido no período da reclusão. Por outro lado, não se asseguram os parâmetros mínimos para uma biblioteca, a começar pela coordenação de um profissional bibliotecário e nem se leva em conta as condições de mediação e apropriação da leitura. É a partir dessa constatação que propusemos a presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos procedimentos metodológicos e considerando as finalidades pesquisa delineamos como do tipo exploratório-descritiva, sob uma abordagem qualitativa e operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica para produção da revisão de literatura. A sistematização da pesquisa bibliográfica iniciou-se com o levantamento bibliográfico na Brapci e depois na Capes. O levantamento bibliográfico foi realizado com a delimitação do período de cobertura considerando o período, entre 2013² a 2023, e com auxílio do operador booleano AND na área de conhecimento da Ciência da Informação, com os termos “Remição de pena pela leitura AND Ciência da Informação”; “Prisão AND Leitura”; “Ciência da Informação AND Prisão”; “Remição pela leitura” e “Mediação da Informação AND Prisão”, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Recuperação de teses, dissertações e artigos sobre Ciência da Informação e remição de pena pela leitura no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES e Brapci

Base de dados	Termos de busca	Documentos recuperados
CAPES ³	“Remição de pena pela leitura AND Ciência da Informação”	3
	“Prisão AND Leitura”	2
	“Ciência da Informação AND Prisão”	3
	“Remição de pena pela leitura”	3
	“Mediação da Informação AND Prisão”	1
Brapci	“Remição de pena pela leitura AND Ciência da Informação”	0
	“Prisão AND Leitura”	4
	“Ciência da Informação AND Prisão”	2
	“Remição de pena pela leitura”	5
	“Mediação da Informação AND Prisão”	5

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 1 apresenta documentos entre teses e dissertações e artigos recuperados⁴ com estas palavras-chave. Observou-se que a expressão de busca “Remição de pena pela leitura AND Ciência da Informação” não propiciou a revocação de artigos. Na sequência

² Ano que foi publicada a Recomendação nº 44 como complemento à Portaria supracitada, conforme apresentado pelo CNJ (2013).

³ Algumas dissertações se repetem.

⁴ Destes documentos, alguns se repetiram durante a busca, diante disso, no Quadro 2 foram apresentados somente uma vez.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

apresenta-se no Quadro 2 a lista dos trabalhos recuperados na CAPES e na Brapci considerando os parâmetros de busca já descritos e também representados no Quadro 1.

Quadro 2 - Pesquisas publicadas na CAPES e na Brapci sobre Prisão e remição de pena pela leitura.

Autores e ano	Título	Tipologia documental
Colares e Lindemann (2015)	Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades	Artigo
Correia (2019)	Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional	Dissertação
Monteiro (2019)	Informação encarcerada: o jovem da “Geração Internet” e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no Interior da Prisão	Tese
Azevedo e Souza (2019)	Mediação da informação na remição de pena pela leitura: mapeamento dos tipos penais no código penal brasileiro	Trabalho em evento
Lindemann (2020)	Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades	Artigo
Monteiro (2020)	O percurso metodológico de uma pesquisa no ambiente prisional na área de Ciência da Informação: limites e potencialidades da Etnografia	Artigo
Siqueira e Lima (2020)	Diagnóstico das bibliotecas prisionais da cidade de Manaus-AM	Artigo
Cinque e Almeida (2020)	Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica mudou a agenda 2030 da ONU	Artigo
Azevedo, Gomes e Souza (2020)	A informação no ambiente prisional	Artigo
Azevedo (2021)	Remição da pena pela leitura em Alagoas: uma análise do regime de informação do Projeto Lêberdade	Dissertação
Barbosa e Silveira (2022)	Políticas de ressocialização no cárcere: mapeamento e discussão das ações previstas pela legislação brasileira	Artigo
Sousa (2022)	Mediação da informação no cárcere	Artigo
Sousa, Veras e Farias (2022)	Ciência da Informação e o indivíduo privado de liberdade	Artigo
Santos (2022)	A biblioteca em presídio: relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão	Dissertação
Zamite (2022)	O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)	Dissertação
Sousa e Farias (2023a)	Desafios da atuação do bibliotecário na biblioteca prisional brasileira	Artigo
Sousa e Farias (2023b)	Mediação da informação no cárcere: práxis bibliotecária em prol da reinserção social do apenado	Artigo
Azevedo e Souza (2023)	Dispositivos de informação na remição de pena pela leitura: uma análise no projeto Lêberdade	Trabalho em evento

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A pesquisa documental foi realizada a partir da recuperação das leis, decretos e normativas que pautam o Sistema Prisional Brasileiro. Para tal pesquisa, foi adotado o recorte temporal no período de 1984 a 2023, visto que a legislação da remição de pena foi promulgada em 1984 e a Resolução sobre a remição de pena pela leitura foi publicada em 2021. A recuperação documental inicial foi realizada nos sítios do Governo Federal, no Conselho Nacional de Justiça e no Departamento Penitenciário Nacional.

4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADO E DISCUSSÃO

Para análise e interpretação dos resultados, buscou-se para esta pesquisa o levantamento no Catálogo Teses e dissertações da CAPES, na Brapci e em *sites* do Ministério da Justiça. Conforme já apresentado, na literatura há uma escassa pesquisa sobre a remição de pena pela leitura no campo da CI. Nesta empreitada foram recuperados: uma tese, quatro dissertações e treze trabalhos na Brapci, sendo onze artigos e dois trabalhos apresentados em eventos. É relevante destacar que a recomendação para projetos de incentivo à leitura foi publicada em 2013, logo poderia haver mais pesquisas voltadas para este campo do conhecimento.

A tese, as dissertações e os artigos recuperados cobriram o período de 2015 a 2023. As temáticas abordadas discutem o arcabouço legal, práticas e processualidades envolvendo o ambiente prisional, bibliotecas prisionais, a atuação profissional em bibliotecas, práticas de mediação da informação, acesso à leitura, remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura e políticas de ressocialização. Nesta busca, foi percebido que há um campo a ser pesquisado, mas que ainda é pouco explorado na literatura científica, com 5 trabalhos, sendo 1 tese e 4 dissertações relacionados com esta temática.

No Quadro 2 verifica-se que algumas pesquisas recuperadas foram realizadas a partir de vivências dos autores. A primeira pesquisa está relacionada ao Projeto de Extensão intitulado “Janela Literária: a Biblioteca no Contexto Carcerário” desenvolvida na Penitenciária Estadual do Rio Grande do Sul (PERG) em 2015, com objetivo de implantar uma biblioteca na unidade prisional para os internos, visando apoiar o Ensino de Jovens e Adultos, no Convênio entre Administração prisional e a Delegacia de Ensino em Rio Grande (Colares; Lindemann, 2015). A segunda obra apresenta o percurso metodológico trilhado pelo autor, enquanto pesquisador, no interior da prisão durante a realização de pesquisa de campo para desenvolver a tese “Informação encarcerada: o jovem da ‘geração internet’ e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão” orientada pelo prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Monteiro, 2020). A pesquisa foi desenvolvida utilizando a etnografia como metodologia de pesquisa qualitativa dentro do escopo da Ciência da Informação.

Neste desfecho entendemos que foi apresentado, a partir da amostra analisada, o quantitativo de publicações sobre esta temática, reconhecendo-se certa insuficiência e a necessidade de incluir novas pesquisas sobre o cárcere e suas particularidades, com a teoria

do campo. Tem-se explorado o campo social da CI e sua relevância, mas durante mais de 10 anos da Recomendação nº 44 (CNJ, 2013), ainda existem poucos estudos sobre a remição de pena pela leitura no campo da CI. É importante destacar que com a Resolução nº 391 (CNJ, 2021) que orienta as unidades prisionais a produzirem ou incentivarem projetos voltados à leitura, a CI poderá contribuir no avolumamento teórico da discussão e também para a implementação de projetos mais significativos em parcerias com os profissionais bibliotecários, contribuindo não só para o aprimoramento deles, mas, sobretudo, para a reintegração efetiva dos sujeitos durante e depois do cárcere.

Além disso, é relevante destacar que é necessária esta discussão para que haja política públicas e projetos voltados para este público, pois infelizmente não há no campo da CI um projeto consolidado sobre a remição de pena pela leitura, apesar de algumas pesquisas e ações desenvolvidas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação conforme já apresentado. É sabido que a CI possui potencial para desenvolver projetos neste campo, mas para que isso aconteça deve-se abordar mais esta temática em Congressos, Encontros e outros eventos da área. Para que possamos discutir sobre as ações, futuros projetos que devem ser realizados no cárcere com o apoio da academia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, reconhecemos a complexidade do sistema carcerário brasileiro e as dificuldades de conduzir-se políticas humanizadoras e em favor da dignidade do ser humano em um sistema reconhecidamente punitivo. A reflexão sobre esse sistema carcerário e a dinâmica punitiva que o caracteriza deve ser ambientada com a reflexão ampla sobre o processo de execução penal no Brasil, uma vez que essa perspectiva produz rebatimentos nos processos e nas demais processualidades que envolvem a gestão do sistema carcerário, desde o arcabouço legal, perpassando a infraestrutura até chegar-se às (não) políticas que, na atualidade, inviabilizam a reintegração dos encarcerados. Ou seja, uma dinâmica instituída que não produz resultados de interesse público ou para bem comum da sociedade, enquanto um todo.

No âmbito da Ciência da Informação observa-se uma discussão lenta, mas crescente e potencializadora de propostas transformadoras, mas que ainda não constituiu um corpus teórico próprio para lidar com a especificidade desse sistema ou ambiente sob o viés mediador e informacional da área. Busca-se assim uma atuação transformadora em um sistema carcerário que, de modo intrínseco, revela um padrão de violência histórica e ainda em

ocorrência na dinâmica social. Como colaboração às análises, caberia a busca de novas formas de pensar esse ambiente, com pesquisas consolidadas sinalizando problematizações que precisam ser agregadas à discussão do campo com certa celeridade, porque não são novas, mas avolumam-se a cada época.

Neste contexto, a remição de pena pela leitura enquadra-se num cenário mais amplo e complexo que nos obriga a buscar novas vias de observação da realidade. A literatura analisada já sinalizou para a potencialidade transformadora da biblioteca, das práticas de leitura e da mediação do profissional bibliotecário. Essas práticas conscientes de mediação para intervir na realidade, podem provocar reflexões sobre a situação vivida, sobre o mundo e as possibilidades que esses sujeitos em cárcere podem assumir de empoderamento e de protagonismo para transformar sua realidade social. Porém, considerando o viés social da CI, caberia observar que a remição de pena se enquadra numa realidade de um sistema prisional e carcerário na sociedade que mantêm uma ideologia que reproduz os interesses de classes hegemônicas, que busca controle e hierarquia de certos grupos de sujeitos (violência racial institucionalizada) e a seletividade penal como recurso de manutenção da desigualdade social. Talvez fosse o caso, aproveitando-se a demanda da remição de pena pela leitura, conduzir o olhar também para as contradições de origem que o sistema carcerário aponta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene. A ciência da informação no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Marlene. (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 36-49.

AZEVEDO, Ana Karisse Valença Silva. **Remição da pena pela leitura em Alagoas: uma análise do regime de informação do Projeto Lêberdade**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9207>. Acesso em: 19 set. 2024.

AZEVEDO, Ana Karisse Valença Silva.; SOUZA, Edivanio Duarte. Dispositivos de informação na remição de pena pela leitura: uma análise no projeto Lêberdade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, **Anais [...]** Aracaju: ENANCIB, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/258586>. Acesso em: 16 jun. 2024.

AZEVEDO, Ana Karisse Valença Silva; GOMES, Marcos Aurélio; SOUZA, Edivanio Duarte. A informação no ambiente prisional. **Revista Folha de Rosto**, Ceará, v. 6 n. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/139631>. Acesso em: 16 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

AZEVEDO, Ana Karisse Valença Silva; SOUZA, Edivanio Duarte. Mediação da informação na remição de pena pela leitura: mapeamento dos tipos penais no código penal brasileiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis, **Anais [...]** Florianópolis: BENANCIB, 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/123718>. Acesso em: 16 jun.2024.

BARBOSA, Andreza Gonçalves; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Políticas de ressocialização no cárcere: mapeamento e discussão das ações previstas pela legislação brasileira. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 25, n., 2022. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/206890>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul. /dez. 1994. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76140>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. *In: CHARTIER, Roger. (Org.). Práticas da leitura*. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CINQUE, Yara Maria da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido. Acesso à leitura e remição de pena no brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU. **Biblios**, Peru, v., n. 78, 2020. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/162998>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CJF - Conselho de Justiça Federal. **Portaria Conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o projeto da remição pela leitura no sistema penitenciário Federal. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view. Acesso em: 4 set. 2022.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, nov. 2013. Disponível em: www.cnj.jus.br/dje/jsp/dje/DownloadDeDiario. Acesso em: 1 jul. 2023.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021. **Agência CNJ de notícias**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Cátia Rejane. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/92634>. Acesso em: 16 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

CORREIA, Gabriella Viroli Cavalcanti. **Remição da pena pela leitura**: a importância da biblioteca prisional. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8016425. Acesso em: 19 set.2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. **Epistemologias**: comunicação e informação. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LINDEMANN, Cátia Rejane. Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, 2020. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/150412>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **Informação encarcerada**: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7878640. Acesso em: 19 set. 2024.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. O percurso metodológico de uma pesquisa no ambiente prisional na área de ciência da informação: limites e potencialidades da etnografia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.54075>. Acesso em: 19 set. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: Fronteiras remotas e recentes. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p.155-178.

SANTOS, Léia. **A biblioteca em presídio**: relatos, à luz dos direitos culturais, de uma bibliotecária na prisão. 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20092022-152702/pt-br.php>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Tiago José; FREIRE, Isa Maria. **Epistemologia e historiografia na ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/.740>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Vitória Viana; JABORANDY, Clara Cardoso Machado; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. Entre corpos negros e prisões brancas: por uma execução penal decolonial. **Revista**

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Videre, Dourados, v. 14, n. 29, p. 51-67, jan. /abr. 2022. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/167325/5.entre_corpos_negros_silva.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; LIMA, Ingrid de Souza. Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/150569>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SOUSA, Francisca Liliana Martins. Mediação da informação no cárcere. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, n. 00, 2022. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/170434>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SOUSA, Francisca Liliana Martins; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Desafios da atuação do bibliotecário na biblioteca prisional brasileira. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 17, 2023a. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/225590>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SOUSA, Francisca Liliana Martins; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação da informação no cárcere: práxis bibliotecária em prol da reinserção social do apenado. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023b. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/210980>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SOUSA, Francisca Liliana Martins; PINTO, Virgínia Bentes; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da ciência da informação: estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 10-32, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146842>. Acesso em: 9 jan. 2023.

SOUSA, Francisca Liliana Martins; VERAS, Jefferson Nunes; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Ciência da informação e o indivíduo privado de liberdade. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 13-30, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/207121>. Acesso em: 14 set. 2024.

UNODC - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES. **Regras mínimas das nações unidas para o tratamento de reclusos**: regras de Nelson Mandela. Áustria: UNODC, 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, [S. l.] v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/272854445/WERSIG-G-NEVELING-U-The-phenomena-of-interest-to-information-science-The-Information-Scientist-v-9-n-4-1975>. Acesso em: 11 jul. 2024

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva. **O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no complexo penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)**. 2022. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11590524. Acesso em: 19 set. 2024.